

Requerente(s): Valdineia Alves Vieira
 Requerido(s): Fábrica de Papel da Amazônia (FACEPA)
 Origem: 2º PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo
 Assunto: Apurar suposta ocorrência de poluição atmosférica praticada pela FACEPA.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela NÃO HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, convertendo-o em diligências nos termos do art. 27, § 3º, inciso I da Resolução nº 07/2019 – CPJ, para serem cumpridas pela Promotoria de Justiça de origem.

1.2.3. Processo nº 000090-151/2018

Requerente(s): Ministério Público de Contas do Estado do Pará
 Requerido(s): Andrea Gomes de Aragão e Hospital Regional Dr. Abelardo Santos
 Origem: 5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
 Assunto: Apurar suposto ato de improbidade administrativa, diante o fracionamento de despesas para a aquisição de material de consumo no exercício de 2017.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e Enunciado 3 do Conselho Superior do Ministério Público.

1.2.4. Processo nº 000234-151/2017

Requerente(s): Ministério Público de Contas do Estado do Pará
 Requerido(s): Eutália Barbosa Rodrigues e Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social (SEDES)
 Origem: 1º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
 Assunto: Apurar supostas irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas na prestação de contas da SEDES no exercício de 2009.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e Enunciado 3 do Conselho Superior do Ministério Público.

1.2.5. Processo nº 001675-940/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
 Requerido(s): Câmara Municipal de Marabá
 Origem: 11ª PJ de Marabá
 Assunto: Apurar informações de pagamento indevido de diárias a servidores públicos e vereadores da Câmara Municipal de Marabá entre os anos de 2013 e 2016.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e Enunciado 3 do Conselho Superior do Ministério Público.

1.2.6. Processo nº 000694-940/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
 Requerido(s): Município de Bom Jesus do Tocantins
 Origem: 11ª PJ de Marabá
 Assunto: Apurar suposta irregularidade em processos licitatórios para a contratação de empresas para a prestação de serviços de transporte escolar em Bom Jesus do Tocantins envolvendo verbas federais.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela RATIFICAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO ao Ministério Público Federal (MPF) para que sejam adotadas as providências cabíveis dos presentes autos, nos termos dos art. 109, I, da CF.

1.2.7. Processo nº 000687-143/2018

Requerente(s): R&C Mastins Comércio Ltda
 Requerido(s): Prefeitura Municipal de São Miguel do Guamá
 Origem: 2º Promotoria de Justiça de São Miguel do Guamá
 Assunto: Apurar suposto ato de improbidade administrativa diante do fracionamento de despesas para a aquisição de material de consumo no exercício de 2017

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela NÃO HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, convertendo-o em diligências nos termos do art. 27, § 3º, inciso I da Resolução nº 07/2019 – CPJ, para serem cumpridas pela Promotoria de Justiça de origem.

1.2.8. Processo nº 004556-027/2018

Requerente(s): Associação dos Servidores Públicos Municipais de Tucuruí (ASERT)
 Requerido(s): Francisco Bandeira Silva, Sergio Luiz Pompeu Cunha e Miguel Pereira de Souza Junior
 Origem: 1º PJ de Tucuruí
 Assunto: Apurar possíveis irregularidades no âmbito da ASERT nas gestões dos biênios de 2013/2015 e 2015/2017.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do Enunciado 13 do CSMP c/c art. 19, I da Resolução n.º 007/2019 – CPJ.

1.2.9. Processo nº 000090-440/2019

Requerente(s): Andreia do Socorro Amaro dos Santos
 Requerido(s): Companhia de Saneamento do Estado do Pará (COSANPA)
 Origem: 2º PJ DE MEIO AMBIENTE, PAT. CULT. e HAB. e URB, CONS E FUND - ANANINDEUA
 Assunto: Apurar suposta cobrança abusiva na conta de água.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ.

1.2.10. Processo nº 000001-151/2017

Requerente(s): Promotoria de Justiça Militar e Núcleo de Combate à Improbidade e Corrupção do MPE - NCIC

Requerido(s): Centro Integrado de Operações Policiais, Polícia Civil do Estado do Pará - PC/PA

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
 Assunto: Apurar suposta improbidade administrativa na fiscalização da execução do contrato administrativo firmado pelo Estado do Pará e a Empresa "TNL PCS S/A - OI".

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e Enunciado 3 do Conselho Superior do Ministério Público.

1.2.11. Processo nº 000240-009/2018

Requerente(s): Movimento Democrático Brasileiro Seção do Pará-MDB/PA
 Requerido(s): Márcio Desiderio Teixeira Miranda
 Origem: 2º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
 Assunto: Apurar supostas irregularidades em convênios da ALEPA e ASI-PAG beneficiando o Instituto de Capacitação e Desenvolvimento Profissional e de Assistência Social Mercina Miranda.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos dos Enunciados 3 e 4 do Conselho Superior do Ministério Público.

1.2.12. Processo nº 000710-151/2021

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
 Requerido(s): Secretaria de Estado de Cultura - SECULT
 Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
 Assunto: Apurar possível irregularidades na forma de seleção dos artistas.
 O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela RATIFICAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO ao Ministério Público Federal (MPF) para que sejam adotadas as providências cabíveis dos presentes autos, dando ciência à Promotoria de Justiça de origem, nos termos dos art. 109, I, da CF c/c Enunciado 32 do CSMP.

1.2.13. Processo nº 000198-151/2020

Requerente(s): Denúncia Anônima
 Requerido(s): Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARÁ)
 Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
 Assunto: Apurar possíveis irregularidades na dispensa de licitação nº 002/2020, realizada pela ADEPARÁ

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e Enunciado 3 do Conselho Superior do Ministério Público.

1.2.14. Processo nº 006160-070/2019

Requerente(s): Éder Franco Rosa
 Requerido(s): Departamento de Trânsito do Estado do Pará - DETRAN
 Origem: 2º PJ de Redenção
 Assunto: Apurar possíveis irregularidades no âmbito do Departamento de Trânsito do Pará em Redenção.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do Enunciado 13 do CSMP c/c art. 19, I da Resolução n.º 007/2019 – CPJ.

1.2.15. Processo nº 000631-940/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
 Requerido(s): Secretaria Municipal de Educação de Bom Jesus do Tocantins (SEMEC) e Gilberto Vieira Pontes, Simone Gonçalves da Silva.

Origem: 11ª PJ de Marabá
 Assunto: Apurar suposto desvio de finalidade ocorrido no âmbito da Prefeitura de Bom Jesus do Tocantins, relativo a nacional Simone Gonçalves da Silva, professora concursada como pedagoga que estaria ministrando aulas de língua portuguesa.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e Enunciado 3 do Conselho Superior do Ministério Público.

1.2.16. Processo nº 001619-940/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
 Requerido(s): Secretaria Municipal de Finanças de Marabá
 Origem: 11ª PJ de Marabá
 Assunto: Apurar "denúncia" de possível contratação irregular de servidor público do Tribunal de Contas dos Municípios pela Secretaria Municipal de Finanças Públicas de Marabá.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela NÃO HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento, devendo haver designação de novo membro para atuar no feito, considerando o princípio da independência funcional, nos termos do art. 9º, § 4º, da Lei n.º 7347/85 e art. 27, § 3º, inciso II, da Resolução n.º 007/2019, do Colégio de Procuradores de Justiça.

Itens 1.2.2 a 1.2.16 votaram os seguintes Membros: César Bechara Nader Mattar Junior, Presidente do Conselho Superior; Manoel Santino Nascimento Junior, Corregedor-Geral do Ministério Público e os Conselheiros: Waldir Macieira da Costa Filho, Marcos Antônio Ferreira das Neves (relator), Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo, Rosa Maria Rodrigues Carvalho e Francisco Barbosa de Oliveira.

1.3. Processos de Relatoria da Conselheira MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO:

1.3.1. Processo nº 000264-093/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
 Requerido(s): Sindicato dos Trab. e Trabalhadoras Rurais de Brasil Novo
 Origem: PJ de Brasil Novo